



Memorando

O Fórum Florestal – Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa é uma entidade sem fins lucrativos que representa 51 Organizações de Produtores Florestais, numa lógica de cooperação da rede profissional e empreendedora de apoio aos proprietários florestais a nível Nacional, e vem apresentar o Dossier “O movimento associativo florestal – rede de técnicos e logística ao dispor de Portugal”.

A Floresta portuguesa, atravessa hoje, um período de retrocesso e de desinvestimento. Será talvez melhor dizer de desinvestimento e retrocesso, dado que o primeiro está na origem do segundo, no que concerne à realidade florestal.

De facto, o investimento efectuado no espaço florestal português ao longo dos últimos três quadros comunitários, apesar de avultado, não estruturou nada que já não estivesse estruturado e não resolveu problemas (precisamente estruturais). Limitou-se a disponibilizar fundos, maioritariamente para acções de arborização florestal, desenquadradas de uma estratégia global, obedecendo na melhor das hipóteses a estratégias “momentâneas”.

Esta realidade tem de ser olhada de frente!

Os fogos de 2003/4/5, não podem ser esquecidos e temos que nos lembrar que foram os maiores de sempre em Portugal, ou seja no início do QCA III, quando já tínhamos catorze anos de investimento comunitário, boa parte desse investimento ardeu.

Hoje, no início do quarto Quadro Comunitário de Apoio, o cenário repete-se. Os espaços florestais portugueses estão outra vez, no geral, na situação em que se encontravam à seis anos atrás e, quando se repetirem as condições atmosféricas de então, os resultados serão basicamente os mesmos.

E serão os mesmos, porque nunca houve uma estratégia de investir na gestão florestal activa. Nunca se investiu de forma a criar mercados internos, aproveitar sinergias, criar escala, no

fundo investir sustentadamente de acordo com uma estratégia de longo prazo independente de ciclos eleitorais e virada para a realidade do País.

A esta situação base, junta-se actualmente a total paragem no investimento. Por um lado a situação de crise mundial, de forma geral, cortou a liquidez empresarial, por outro o inaceitável atraso na implantação do Proder, aliado aos “instituídos” atrasos nos pagamentos por parte de IFAP e Fundo Florestal Permanente (cada vez mais utilizado para financiar o Estado em detrimento da Gestão Florestal), tem como consequência a asfixia financeira de estruturas existentes em fase de consolidação e de investimentos em curso.

Torna-se portanto necessário investir na base da nossa floresta, no fomento de mercados internos florestais com as matérias-primas que podemos produzir e transformar e, que em geral o mercado europeu é deficitário. No fundo precisamos urgentemente de introduzir dinamismo financeiro no interior do País, fixando pessoas e retirando combustível aos espaços florestais. Parece simples, mas esta fórmula, se alcançada, resolveria o flagelo dos fogos florestais e tornaria a floresta num pilar da economia portuguesa.

O diagnóstico realizado pelo Fórum Florestal, reflecte as preocupações e expectativas que as organizações de produtores florestais nacionais suas filiadas têm, apresentando uma estratégia integrada de actuação da qual o FORUM FLORESTAL- Estrutura federativa da Floresta Portuguesa, destaca quatro, dos muitos problemas e potenciais soluções :

1. Apoio ao investimento florestal privado:

Fundo Florestal Permanente: O FFP foi criado na sequência dos fogos de 2003, para financiar a gestão florestal nas vertentes que o QCA III não contemplava, com o objectivo primeiro de através da gestão activa da floresta, exercida pelos seus proprietários ou representantes, ser possível diminuir o risco de incêndio para níveis adequados às regras do mercado financeiro.

Na perspectiva do Fórum Florestal, esta lógica está absolutamente correcta e, o FFP tem toda a razão de ser e cada vez mais essa necessidade se impõe.

No entanto, o FFP tem servido para financiar cada vez menos a gestão activa da floresta, e cada vez mais outros objectivos e, em muitos casos o próprio Estado.

Naturalmente, a disponibilidade financeira necessária para fazer frente a problemas graves como a fitossanidade florestal de forma sustentada, ou mesmo pagamentos correntes, ou não existe ou torna-se problemática.

Como consequência, e em concreto, situações de pagamentos a Sapadores Florestais e de forma geral todos os pedidos de pagamentos apresentados, atrasam-se meses e no caso de pedidos de pagamento sobre Zonas de Intervenção Florestais, por vezes ultrapassam um ano.

Assim, não só o financiamento futuro de acções de intervenção na floresta fica em risco, como já estão em risco centenas de postos de trabalho de técnicos, administrativos e sapadores florestais, funcionários de Associações de Produtores Florestais, que investiram os seus recursos em acções financiadas pelo FFP e que não suportam atrasos de longos meses.

O Fórum Florestal, solicita ao Ministério da Agricultura, o retorno por parte do FFP ao seu objectivo original, o financiamento da gestão activa da floresta, e, que os compromissos assumidos sejam cumpridos atempadamente.

IFAP: Sobre os procedimentos do IFAP, o Fórum Florestal, considera inaceitáveis as seguintes factos:

- O facto de ainda hoje, Dezembro de 2009, existirem candidaturas florestais com pedidos de pagamento por efectuar sobre o QCA III, nomeadamente sobre a medida 3.1 do Programa Agro;
- O facto de se solicitar a devolução de verbas sobre a totalidade do investimento, acrescidas de juros de mora, quando se comprova que o pagamento dos serviços efectuados ao abrigo de uma candidatura florestal, apesar de efectuados na íntegra, não foram efectuadas na data do recibo, não obstante a obra ter sido cabalmente executada.
- O facto de sobre as candidaturas do Regulamento 2080, que foram acompanhadas pelos Serviços do Estado anualmente desde a sua implementação no terreno, estarem a ser efectuadas novas medições, com tecnologia actual (submétrica), que originam diferenças de área. Estas diferenças originam devoluções de verbas. Como pode o Estado medir em duas “épocas tecnológicas” diferentes (há uma década atrás a margem de erro era significativa, hoje com tecnologias submétricas praticamente não existe erro) a área de uma candidatura que aprovou e validou durante anos a fio e atribuir a responsabilidade da diferença encontrada ao proprietário? Proprietário que cumpriu com tudo aquilo que contratou com o Estado!

PRODER: O Fórum Florestal considera urgente a reformulação do Proder, uma vez que se encontra desajustado financeiramente e burocraticamente para se assegurar a operacionalização e execução do terreno, e precisa de um esforço e uma concertação de todos os agentes para que seja possível a execução das medidas e evitar a devolução de verbas e a capacidade de os portugueses serem capazes de investirem no desenvolvimento rural e assegurar a sua competitividade. A necessidade

de otimizar o processo de elaboração e aprovação dos PGF é prioritária para garantir uma adesão às medidas florestais.

O conjunto dos três pontos acima descritos, têm como consequência natural, o desinteresse total por parte dos proprietários para com novas candidaturas. O facto de um número significativo de proprietários ainda não terem recebido a totalidade das verbas sobre candidaturas do QCA III, quando outros que as receberam, estarem a ser confrontados com devoluções de verbas, apesar de terem executado correctamente as obras, não deixa dúvidas sobre o seu comportamento no futuro. Está a ser posto totalmente em causa todo um esforço de extensão rural levado a cabo pelas OPF's na última década.

3. MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

Fitossanidade Florestal: A floresta portuguesa debate-se actualmente, com uma gravíssima realidade fitossanitária. Onde a praga do nemátodo do pinheiro, por impor quarentena sobre todos os produtos madeireiros derivados das espécies resinosas, revelou o caos fitossanitário que existe na nossa floresta desde há alguns anos atrás.

De facto, o nemátodo é responsável nas áreas onde tem maior incidência por cerca de três por cento da mortalidade ocorrida (dados AFN). Mas mesmo que esses números fossem maiores, a esmagadora maioria das árvores mortas, morreram devido a outras pragas. Pragas de que não se fala, que ocorrem em todo o País e, que pelos dados do próprio Estado matam 97% das árvores nas áreas onde ocorre o nemátodo. Deduzindo-se que nas áreas onde o nemátodo não ocorre são responsáveis por 100% da mortalidade.

O Fórum Florestal considera imperioso a adopção, com carácter de urgência, de medidas de combate fitossanitário, quer preventivo, quer "curativo" em todo o território nacional e, dirigidas às principais estirpes patogénicas e não apenas ao nemátodo do pinheiro como agora acontece.

Esta política, onde só o nemátodo da madeira importa, está à partida destinada ao fracasso. Numa floresta doente, os vectores patogénicos têm grande facilidade de propagação.

Em nosso entender, deverá ser levada a cabo, através das OPF's, acções de eliminação dos indivíduos doentes e mortos, presentes nas manchas florestais do País. Estas acções, deverão incidir nas áreas mais críticas, de início, e posteriormente estender-se ao restante território. Deverá abranger também o sobreiro, que apesar de se encontrar em acentuado declínio, não beneficia deste tipo de medidas.

Para tal, poderá o Estado usar o modelo já presente em Portaria de transferência de competências para as OPF's, contratando-lhe este serviço.

Assim, de forma sustentada, seria possível diminuir a intensidade dos vectores patogénicos ao mesmo tempo que se daria sustentabilidade ao sector associativo.

3. Certificação Florestal:

O Fórum Florestal defende que o MADRP deve apoiar activamente a certificação florestal por consideramos que é uma forma eficaz e indirecta de o Estado promover uma gestão activa e profissional da floresta, com benefícios ambientais, sociais e económicos.

Para que este instrumento seja aplicado à escala Nacional, sugerimos que a SEDRF crie um grupo de trabalho, com as federações, associações industriais e com as associações promotoras da certificação florestal em Portugal, para que formule um documento com uma estratégia e um compromisso entre todas as partes para que seja possível dar o impulso necessário para a certificação florestal em Portugal

4. Biomassa florestal

O mercado de biomassa florestal português encontra-se estagnado. Aquilo que era uma forte aposta florestal e uma esperança para os produtores, resultou num mercado em que o preço “à porta da fábrica” é inferior aos custos de produção.

Nestas circunstâncias a biomassa florestal continua a acumular-se nas matas, aumentando a cada ano o risco de incêndio.

Um mercado de biomassa funcional, teria impactos fortíssimos no sector florestal dado que: criaria directa e indirectamente centenas de postos de trabalho, fixaria populações, reduziria significativamente o risco de incêndio e teria uma forte acção de fomento fitossanitário.

Quanto mais eficaz fosse, maiores seriam os números destes indicadores.

Aquilo que está a impedir o funcionamento deste mercado é o preço final que a biomassa florestal tem em Portugal, que é muito inferior ao praticado por exemplo em Espanha e na Itália.

O Estado tem aqui uma oportunidade de intervenção, com resultados garantidos, bastando para isso subsidiar o preço da biomassa para valores compatíveis com os custos de produção. Os benefícios a jusante seriam incomparavelmente superiores, como se referiu atrás.

5. Medidas anti- crise para a manutenção das OPF

Isenção de pagamentos à Segurança Social: O pagamento de Segurança Social por parte das OPF's, que sendo instituições sem fins lucrativos e com acção de interesse público, deveriam estar isentas de um imposto que consome grande parte dos seus magros proveitos.

Uma forte estrutura associativa, terá como consequência o incremento de actividades económicas no terreno. Ao sobrecarregar as OPF's com impostos, estas dificilmente conseguem ter o dinamismo de que o nosso mundo rural necessita.

Cascais, 10 de Dezembro de 2009

A Direcção do Fórum Florestal